



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

Aos 08 dias do mês de julho de 2014, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

PARTE I

15h00

Reunião conjunta com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública com uma delegação da Comissão de Assuntos Europeus da Câmara Baixa do Parlamento dos Países Baixos (*Tweede Kamer*).

PARTE II

16h30

1. Informações e outros assuntos
2. Apreciação e votação do Parecer relativo ao Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2014 e seleção das iniciativas a escrutinar pela Assembleia da República no decurso desse ano, bem como a Proposta de Projeto de Resolução sobre a mesma matéria
3. Apreciação da metodologia de designação de Deputados da CAE para participação nas delegações da Assembleia da República às reuniões e conferências Interparlamentares, que não tenham metodologia já aprovada
4. Reflexão sobre a realização de debate em Plenário relativo ao Relatório do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia, nos termos da Lei de Acompanhamento, apreciação e pronúncia da Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia
5. Apreciação e votação do Parecer sobre o Relatório do Governo sobre a Participação de Portugal na União Europeia-2013 e respetivo Projeto de Resolução
6. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:
 - a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Estado atual da Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo [COM(2014)130] objeto de Relatórios das Comissões de Orçamento, Finanças e Administração Pública, de Economia e Obras Públicas e Educação, Ciência e Cultura
 - b) Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 43/2014 no respeitante a certas possibilidades de pesca [COM(2014)195], objeto de relatório da Comissão de Agricultura e Mar



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

c) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 2201/2003 relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1347/2000 [COM(2014)225], objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

d) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Os Diálogos com os Cidadãos como um contributo para a criação de um espaço público europeu [COM(2014)173], objeto de relatório da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

e) Proposta de REGULAMENTO DE EXECUÇÃO DO CONSELHO que encerra o reexame intercalar parcial das medidas antissubvenções aplicáveis às importações de biodiesel originário dos Estados Unidos da América, tornadas extensivas às importações expedidas do Canadá, independentemente de serem ou não declaradas originárias do Canadá [COM(2014)121] e Proposta de REGULAMENTO DE EXECUÇÃO DO CONSELHO que encerra o reexame intercalar parcial das medidas anti-dumping aplicáveis às importações de biodiesel originário dos Estados Unidos da América, tornadas extensivas às importações expedidas do Canadá, independentemente de serem ou não declaradas originárias do Canadá [COM(2014)125], objeto de Relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

f) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU sobre o financiamento a longo prazo da economia europeia [COM(2014)168], objeto de relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

g) REVISÃO ANUAL dos relatórios anuais de atividades de crédito à exportação dos Estados-Membros, em conformidade com o ponto 3 do anexo I do Regulamento (UE) n.º 1233/2011 [COM(2014)123], objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

h) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à redução ou eliminação de direitos aduaneiros sobre as mercadorias originárias da Ucrânia [COM(2014)166], objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

7. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa ao Programa Nacional de Reformas para 2014 de Portugal e que formula um parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade para 2014 de Portugal [COM(2014)423], objeto de Relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES O Filme Europeu



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

na Era Digital: Uma Ponte entre a Diversidade Cultural e a Competitividade [COM(2014)272], objeto de Relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

c) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação da Diretiva 2008/48/CE relativa a contratos de crédito aos consumidores [COM(2014)259], objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

d) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação da Diretiva 2009/52/CE, de 18 de junho de 2009, que estabelece normas mínimas sobre sanções e medidas contra os empregadores de nacionais de países terceiros em situação irregular [COM(2014)286], objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

8. Apreciação e votação das Atas n.º 168/XII, 169/XII e 170/XII relativas às reuniões de 18 e 24 de junho e 1 de julho de 2014.

PARTE I

15h00

Reunião conjunta com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública com uma delegação da Comissão de Assuntos Europeus da Câmara Baixa do Parlamento dos Países Baixos (*Tweede Kamer*).

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD), iniciou a reunião, dando as boas vindas à delegação da Comissão de Assuntos Europeus do *Tweede Kamer* do Parlamento dos Países Baixos, chefiada pelo respetivo Vice-Presidente, Deputado René Leegte, sublinhando de seguida a importância e interesse deste encontro. De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, Deputado Eduardo Cabrita (PS), que saudou a delegação.

Esta reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e encontra-se acessível na [página internet](#) da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

O Sr. Presidente Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do *Tweede Kamer* do Parlamento dos Países Baixos, Deputado René Leegte, começou por agradecer a disponibilidade de ambas as comissões para esta reunião. No âmbito da sua intervenção inicial, aludiu ao trabalho desenvolvido pelo *Tweede Kamer* do Parlamento dos Países Baixos no âmbito do escrutínio dos assuntos europeus, aludindo às prioridades definidas anualmente, bem como ao relatório recentemente aprovado, “Ahead Europe”, que pretende ser um contributo para o debate em torno do aprofundamento do papel dos Parlamentos nacionais, no quadro do Tratado de Lisboa. De seguida, deu a palavra a todos os Deputados que compunham a delegação holandesa com vista a apresentarem-se.

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus proferiu umas breves palavras sobre o trabalho desenvolvido pela comissão, aproveitando para apresentar a metodologia de escrutínio em vigor na Assembleia da República. Tomou ainda a palavra o Sr. Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, que deu conta do trabalho desenvolvido pela comissão a que preside no âmbito do escrutínio dos assuntos europeus, referindo, designadamente, a realização de audições e a recolha de contributos junto de instituições e outros organismos interessados em matérias específicas. De seguida, todos os Srs. Deputados da Assembleia da república presentes tiveram oportunidade de se apresentarem.

Começaram por usar da palavra os Srs. Deputados Carlos Costa Neves (PSD), Vitalino Canas (PS), João Lobo (PSD) e António Rodrigues (PSD), que aludiram, nomeadamente, ao papel dos Parlamentos nacionais no âmbito do escrutínio dos assuntos europeus, aos desafios que se colocam ao novo colégio de comissários, à importância do fortalecimento da COSAC, à criação da Procuradoria Europeia e da melhoria da coordenação e cooperação dos Parlamentos nacionais com vista ao escrutínio de políticas e não tanto de iniciativas.

Seguidamente interveio o Sr. Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do *Tweede Kamer* do Parlamento dos Países Baixos e posteriormente intervieram os Srs. Deputados Holandeses Marit Maij, Mark Verheijen, Mark Harbers e Arnold Merkies, que se debruçaram sobre o futuro Presidente da Comissão Europeia, sobre a



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

cooperação interparlamentar, o papel do Parlamento Europeu, a posição dos Países Baixos relativamente à designação de Claude Juncker, o mecanismo de alerta precoce e o número de pareceres aprovados pela Assembleia da República.

De seguida, interveio o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus que explicitou alguns detalhes do escrutínio prosseguido pela assembleia da República, designadamente, a opção pela emissão de pareceres positivos e em detrimento de Pareceres fundamentados sobre a violação do princípio da subsidiariedade, o que apenas ocorreu em três situações. De seguida intervieram os Srs. Deputados José Ribeiro e Castro (CDS-PP) e Virgílio Macedo (PSD), que abordaram a importância da emissão de cartões amarelos e os desafios que se colocam ao projeto europeu.

O Sr. Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Europeus do *Tweede Kamer* do Parlamento dos Países Baixos, bem como os Srs. Deputados Henk Nijboer e Mark Harbers intervieram de novo, convidando a Assembleia da República a envolver-se mais no debate sobre o aprofundamento do papel dos Parlamentos nacionais e solicitando esclarecimentos sobre a conclusão e as consequências da aplicação do Programa de Ajustamento e o volume dos impostos sobre o trabalho. A delegação holandesa lamentou ainda que o programa de ajustamento a Portugal não tenha sido objeto de um acompanhamento aprofundado, mas tal deveu-se, em grande parte, à perceção de que tanto Portugal como a Irlanda estavam a cumprir.

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus e os Srs. Deputados José Ribeiro e Castro (CDS-PP), Vitalino Canas (PS), Virgílio Macedo (PSD), Paulo Sá (PCP), Carlos Costa Neves (PSD) e João Lobo (PSD), intervieram, na sua maioria, para transmitirem a sua visão sobre a conclusão e as consequências do Programa de ajustamento a Portugal, tendo ainda sido abordados os seguintes temas: o acesso ao crédito no espaço europeu em idênticas condições para não provocar distorções no mercado; a política de alargamento; o princípio da proporcionalidade e da subsidiariedade; e o mecanismo falado de apoio às reformas estruturais, entre outros.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus agradeceu a presença de todos e, em especial, saudou a presença da delegação parlamentar holandesa e deu por encerrada a primeira parte da reunião.

PARTE II

16h30

1. Informações e outros assuntos

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus iniciou a segunda parte da reunião informando que a Presidência italiana enviou carta aos Presidentes das comissões envolvidas, no âmbito da próxima Conferência interparlamentar PESC/PCSD, a realizar em novembro. Na carta é efetuado um pedido concreto, que resulta dos debates já havidos em Vilnius e em Atenas por iniciativa do Parlamento dos Países Baixos, com vista a, através de um procedimento informal, poderem ser recolhido em cada Parlamento nacional os documentos e materiais existentes sobre “EU Battlegroups”, designadamente inquéritos, moções, resoluções, questões parlamentares, melhores práticas, etc. De acordo com a carta, os documentos devem ser enviados até ao fim de julho de 2014. O Sr. Presidente da Comissão informou ainda que as outras duas comissões envolvidas já têm conhecimento da carta e propôs que a resposta deveria ser preparada pela Comissão de Defesa com conhecimento das outras comissões envolvidas no acompanhamento da PESC-PCSD. O que mereceu o acordo da Comissão.

O Sr. Presidente da Comissão informou ainda que a próxima reunião da Comissão será no dia 15 de julho, às 16h, sendo a última reunião antes de Agosto para conclusão dos processos de escrutínio europeu pendentes.

2. Apreciação e votação do Parecer relativo ao Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2014 e seleção das iniciativas a escrutinar pela Assembleia da República no decurso desse ano, bem como a Proposta de Projeto de Resolução sobre a mesma matéria.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

A apreciação deste parecer e do projeto de resolução foi adiada para a próxima reunião.

3. Apreciação da metodologia de designação de Deputados da CAE para participação nas delegações da Assembleia da República às reuniões e conferências Interparlamentares, que não tenham metodologia já aprovada.

O Sr. Presidente da Comissão introduziu o tema dando conta da nota preparada pelos Serviços da Comissão sobre o assunto e referindo que a designação dos Deputados da Comissão de Assuntos Europeus para participação na delegação da Comissão à COSAC é regulada pela deliberação da CAE de 26 de julho de 2011. Relativamente à designação dos Deputados da Comissão de Assuntos Europeus para participação na delegação da Assembleia da República à Semana Parlamentar Europeia e à Conferência prevista no artigo 13.º Tratado sobre a Estabilidade, a Coordenação e a Governação da União Económica e Monetária (TECG), a metodologia foi acordada pelas três comissões envolvidas e merecido a concordância de S. Exa. a Presidente da Assembleia da República em 18 de setembro de 2013. No que diz respeito à designação dos Deputados da Comissão de Assuntos Europeus para participação na delegação da Assembleia da República à Conferência sobre a PESC-PCSD não se encontra regulada por nenhuma metodologia própria, pois não foi obtido qualquer acordo com as outras duas comissões envolvidas (CNECP e CDN). Assim, na CAE aplicam-se as regras para participação de Deputados da CAE em reuniões interparlamentares, conforme foi definido em reunião de 24 de julho de 2013. Por último, a designação dos Deputados da Comissão de Assuntos Europeus para participação em reuniões interparlamentares (formais ou informais) ou reuniões ou conferências *ad hoc*, aplica-se o Método d'Hont das deslocações, tendo presente que (a.) quando a CAE apenas indica um Deputado é de acordo com o Método d'Hont; (b.) sempre que vão dois Deputados da CAE, um deles será do partido maioritário e o outro é obtido pelo Método d'Hont; (c.) sendo a delegação composta de 2 deputados, mas de comissões distintas, cabendo, por isso, à CAE designar apenas um Deputado e a outra comissão outro Deputado, existe articulação para garantir que vai um Deputado do partido maioritário em uma das comissões envolvidas.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

O Sr. Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP) solicitou o adiamento deste ponto para a próxima reunião para poder estar em condições de votar.

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) aceitou adiar este ponto, mas referiu que podia aproveitar para expor a posição do PS. Começou por referir que na reunião de 24 de julho, o PS não se apercebeu do que estava em causa e das consequências da decisão. De facto, a utilização do Método d'Hondt implica que o PS na CAE pode estar um ano inteiro, ou até mais, sem indicar nenhum Deputado para integrar a delegação da CAE à Conferência sobre a PESC-PCSD e que, em outras reuniões interparlamentares, a Assembleia da república pode acabar a ser representada pelo partido maioritário e pelo partido com ele coligado no Governo, o que não garante a devida representatividade das forças políticas com assento no Parlamento. De igual modo, referiu que a utilização do Método d'Hondt de forma indiscriminada para um largo âmbito de reuniões pode conduzir a que em reuniões mais importantes, o maior partido da oposição não esteja representado.

O Sr. Presidente da Comissão recordou que o Método d'Hondt como forma de designação de deputados para integrarem delegações da Comissão tinha sido instituído na IX Legislatura e que se aplicava a todas as reuniões interparlamentares, que não tinham uma forma de designação própria. Referiu igualmente, que até agora não tinha sido levantada qualquer objeção à utilização desta metodologia, mas que nada obstava a um debate e eventual reformulação. Relativamente à participação na Conferência da PESC-PCSD sublinhou que se tratava de um tema mais complexo, porque a designação da delegação tinha de ser articulada com as outras duas questões e, nesse sentido, até existir uma metodologia consensualizada a Comissão de Assuntos Europeus tinha decidido em julho de 2013, que se iria aplicar a forma de designação utilizada para as outras reuniões interparlamentares.

O Sr. Deputado Paulo Sá (PCP) concordou com o adiamento deste ponto para a próxima reunião. No entanto, não quis deixar de referir a posição do PCP, segundo a qual quando se trate de reuniões ou conferências em que a delegação da Assembleia da República é composta por seis Deputados, a delegação deve ser composta por três Deputados do PSD, dois Deputados do PS e um Deputado do CDS-PP ou do PCP ou



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

do BE, em rotatividade. Quando se tratem de reuniões, nas quais participem apenas dois Deputados da Assembleia da República/Comissão de Assuntos Europeus participam a forma mais justa é a designação de um Deputado do partido maioritário e um Deputado através do Método d'Hondt, pois em termos globais, esta é a forma mais adequada de garantir a participação de todos os Grupos Políticos na medida da sua expressão parlamentar. Considerou ainda que sugerir que apenas o PSD e o PS estão em condições de assegurar a representação viola o princípio da representatividade e da proporcionalidade. Assim, demonstrou que ainda que pudessem ser efetuados alguns acertos para o futuro, na opinião do PCP o Método d'Hondt deveria manter-se como base para a designação de Deputados.

O Sr. Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP) referiu que, independentemente de futura reflexão sobre esta questão, em termos de princípio não via razões para alterar a metodologia até agora seguida. Considerou, aliás, que o Método d'Hondt é a forma mais justa de designação de Deputados. Na situação em que exista a possibilidade de designar dois Deputados, admitiu, contudo, que pudesse ser designado um Deputado da área do Governo e um da oposição, o que se traduziria num acerto do Método d'Hondt com vista a compatibilizar as posições do PSD e CDS-PP. A final, não deixou de referir que lhe parecia inaceitável regressar a um tempo em que apenas o PSD e o PS representavam a Assembleia da República em reuniões no exterior.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) começou por referir que se trata de uma questão complexa e que, nos últimos dez anos, a designação de Deputados através do Método d'Hondt tem funcionado. Assumiu que não se tratava de uma solução perfeita, mas entendeu que é aquela que melhor garante a representatividade de todas as forças políticas com assento no Parlamento. No entanto, demonstrou disponibilidade para refletir sobre a introdução de alterações no Método d'Hondt com vista a garantir que as delegações seriam compostas por um Deputado da área do Governo e um da oposição.

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) assumiu que o PS não mediu as consequências das deliberações das reuniões de 24 de julho de 2013 e 19 de março de 2014 relativamente à designação de Deputados da Comissão de Assuntos Europeus para



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

participação na delegação da Assembleia da República à Conferência para acompanhamento da PESC-PCSD, mas considerou ainda existir tempo para refletir numa situação mais equilibrada. Acrescentou que o PS estaria disponível para acordar em rever o Método d'Hondt com vista a assegurar a representação de um Deputado dos partidos da área do Governo (PSD e CDS-PP) e outro Deputado da área da oposição.

O Sr. Presidente da Comissão aproveitou para recordar os antecedentes da participação na Conferência da PESC-PCSD, designadamente, referindo que apresentou uma proposta às outras duas comissões, que garantia a rotatividade dos diversos partidos políticos com referência à sua representatividade, as quais não aceitaram por considerarem que a Comissão de Assuntos Europeus não deveria participar na referida delegação. Relativamente à participação nas delegações de deputados da área do governo e da área da oposição, solicitou aos serviços que confirmassem como ocorreu na IX Legislatura e informou que este ponto seria reagendado para a próxima reunião.

4. Reflexão sobre a realização de debate em Plenário relativo ao Relatório do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia, nos termos da Lei de Acompanhamento, apreciação e pronúncia da Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia

O Sr. Presidente da Comissão informou que sobre esta matéria a Comissão tinha enviado uma carta a S. Exa. a Presidente da Assembleia da República em junho de 2014.

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) começou por referir que não via qualquer utilidade em realizar um debate em comissão a 15 de julho e que se poderia considerar que a audição ocorrida com o Sr. Embaixador de Itália já tinha esgotado o debate em sede de comissão.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) partilhou com a Comissão o incómodo sobre esta situação, aludindo ao não cumprimento sistemático da Lei, que pretendia



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

aprofundar e dar maior visibilidade aos debates sobre assuntos europeus. Levantou muitas dúvidas sobre a possibilidade da Conferência de Líderes poder “adaptar” uma obrigação legal e considerou que a Comissão de Assuntos Europeus não deveria colaborar, nem ser conivente com esta atitude.

O Sr. Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP) partilhou a perplexidade demonstrada pelo Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD), mas foi mais longe, considerando que a Conferência de Líderes não pode desrespeitar a Lei, tomando decisões *contra legem*. Considerou que estas perplexidades deveriam ser partilhadas com S. Exa. a Presidente da Assembleia da República e que a Comissão não deveria fazer um falso debate apenas “para cumprir calendário”. Contudo, admitiu que o debate em plenário pudesse ser realizado em setembro.

O Sr. Presidente da Comissão deu conta que depreende assim que não existe consenso para realizar o debate em comissão e que a comissão deliberou que deve ser enviada carta a S. Exa. a Presidente da Assembleia da República reiterando o entendimento da Comissão que a Lei deve ser cumprida.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) referiu que, relativamente ao projeto de resolução, o PSD entende que não deve ser proposto ao plenário a aprovação de uma auto-crítica, pelo que sugeriu que fosse enviada a carta a S. Exa. a Presidente da Assembleia da República e posteriormente a uma resposta fosse tomada uma decisão sobre o projeto de resolução.

O Sr. Presidente da Comissão referiu que o debate deve anteceder a votação do projeto de resolução, pelo que deve ser considerado se faz sentido aprovar o projeto de resolução.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) considerou que não tendo sido agendado debate em plenário, a Comissão não enviaria o projeto de resolução.

O Sr. Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP) concordou com o exposto.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

O Sr. Deputado Vitalino Canas (PS) também demonstrou concordância.

O Sr. Presidente da Comissão deu conta que iria enviar carta a S. Exa. a Presidente da Assembleia da República nos termos já referidos e que depois a questão voltaria a ser debatida em reunião.

5. Apreciação e votação do Parecer sobre o Relatório do Governo sobre a Participação de Portugal na União Europeia - 2013 e respetivo Projeto de Resolução

Considerando o debate no ponto anterior o Sr. Presidente da Comissão submeteu então o parecer a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE.

Relativamente ao projeto de resolução, a sua apreciação foi adiada.

6. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Estado atual da Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo [COM(2014)130] objeto de Relatórios das Comissões de Orçamento, Finanças e Administração Pública, de Economia e Obras Públicas e Educação, Ciência e Cultura

Por solicitação do Sr. Deputado Jacinto Serrão (PS), foi adiada a apreciação do seu parecer para próxima reunião.

b) Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 43/2014 no respeitante a certas possibilidades de pesca [COM(2014)195], objeto de relatório da Comissão de Agricultura e Mar



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

O Sr. Deputado Rui Barreto (CDS-PP) apresentou sucintamente o seu parecer, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE.

c) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 2201/2003 relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1347/2000 [COM(2014)225], objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

O Sr. Deputado João Lobo (PSD) apresentou o seu parecer, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE.

d) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Os Diálogos com os Cidadãos como um contributo para a criação de um espaço público europeu [COM(2014)173], objeto de relatório da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Por solicitação do Sr. Deputado Gabriel Côrte-Real Goucha (PSD), foi adiada a apreciação do seu parecer para próxima reunião.

e) Proposta de REGULAMENTO DE EXECUÇÃO DO CONSELHO que encerra o reexame intercalar parcial das medidas antissubvenções aplicáveis às importações de biodiesel originário dos Estados Unidos da América, tornadas extensivas às importações expedidas do Canadá, independentemente de serem ou não declaradas originárias do Canadá [COM(2014)121] e Proposta de REGULAMENTO DE EXECUÇÃO DO CONSELHO que encerra o reexame intercalar parcial das medidas anti-dumping aplicáveis às importações de biodiesel originário dos Estados Unidos da América, tornadas extensivas às importações expedidas do Canadá, independentemente de serem ou não



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

declaradas originárias do Canadá [COM(2014)125], objeto de Relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

O Sr. Deputado António Cardoso (PS) apresentou o seu parecer, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE.

f) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU sobre o financiamento a longo prazo da economia europeia [COM(2013)168], objeto de relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Sr. Deputado Carlos São Martinho (PSD) apresentou o seu parecer, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE.

g) REVISÃO ANUAL dos relatórios anuais de atividades de crédito à exportação dos Estados-Membros, em conformidade com o ponto 3 do anexo I do Regulamento (UE) n.º 1233/2011 [COM(2014)123], objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

O Sr. Deputado António Cardoso (PS) apresentou o seu parecer, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE.

h) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à redução ou eliminação de direitos aduaneiros sobre as mercadorias originárias da Ucrânia [COM(2014)166], objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) apresentou o seu parecer, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP e do BE.

7. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

a) RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa ao Programa Nacional de Reformas para 2014 de Portugal e que formula um parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade para 2014 de Portugal [COM(2014)423], objeto de Relatório da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Ivo Oliveira.

b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES O Filme Europeu na Era Digital: Uma Ponte entre a Diversidade Cultural e a Competitividade [COM(2014)272], objeto de Relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Duarte Marques.

c) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação da Diretiva 2008/48/CE relativa a contratos de crédito aos consumidores [COM(2014)259], objeto de relatório da Comissão de Economia e Obras Públicas

O Grupo Parlamentar do PS indicou como Autor do Parecer, o Sr. Deputado Jacinto Serrão.

d) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação da Diretiva 2009/52/CE, de 18 de junho de 2009, que estabelece normas mínimas sobre sanções e medidas contra os empregadores de nacionais de países terceiros em situação irregular [COM(2014)286], objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

O Grupo Parlamentar do PSD indicou como Autor do Parecer, o Sr. Gabriel Côrte-Real Goucha.

8. Apreciação e votação das Atas n.º 168/XII, 169/XII e 170/XII relativas às reuniões de 18 e 24 de junho e 1 de julho de 2014.

O Sr. Presidente submeteu a votação as Atas n.ºs 168/XII, 169/XII e 170/XII relativas às reuniões de 18 e 24 de junho e 1 de julho de 2014, as quais foram aprovadas com os votos favoráveis do PSD, PS e CDS-PP e a abstenção do Sr. Deputado Bravo Nico (PS) - dado não ter estado presente nas reuniões a que se referem as atas, registando-se a ausência do PCP e BE.

A reunião foi encerrada às 18:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 de julho de 2014.

O PRESIDENTE

(PAULO MOTA PINTO)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 171/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso
António Rodrigues
Bravo Nico
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Duarte Marques
Gabriel Côrte-Real Goucha
Ivo Oliveira
João Lobo
José Ribeiro e Castro
Nuno Filipe Matias
Paula Baptista
Paula Gonçalves
Paulo Mota Pinto
Rui Barreto
Vitalino Canas
Nuno Reis
Paulo Sá

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes
Catarina Martins
Jacinto Serrão
Sérgio Azevedo